

Feminismo, prática política e luta social

Tatau Godinho

Para iniciar um debate sobre o feminismo, um bom ponto de partida é explicitar a definição do que compreendemos como feminismo. *O feminismo é a teoria e a prática da luta pela libertação das mulheres.* Dito de outra forma: é a teoria e a prática, a ação política para construir uma sociedade igualitária entre mulheres e homens, ou seja, para construir relações igualitárias, romper com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero.

Sinteticamente, essa definição indica um campo com o qual nosso feminismo se identifica. Orientado para o debate, este texto buscará apresentar, de forma resumida, alguns dos aspectos que fundamentam a perspectiva de um feminismo que se define como parte essencial de uma proposta de mudança radical, anti-capitalista e libertária. Uma visão de que o feminismo se constrói como luta, como disputa política. Um processo de luta e de disputa social que se expressa na prática cotidiana e em um projeto de futuro; uma prática social e política fundada na perspectiva de construção de uma igualdade efetiva e global das relações sociais, tendo as relações entre mulheres e homens como o prisma que ilumina a análise da sociedade e a perspectiva de transformação.

É exigência do feminismo a construção de uma prática fundada em forte coerência entre o que é nossa vida pública e nossa vida privada; o que é nossa atuação pública e nossa vida privada. Não apenas para as mulheres. Uma das contribuições mais importantes que o feminismo trouxe para a sociedade como um todo, e para a esquerda em particular, é a reafirmação de que nossa proposta de transformação social não pode se restringir a uma transformação do mundo público. Não se pode aceitar de forma acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e o que é nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Da mesma forma, a proposta de uma transformação radical das relações entre mulheres e homens não pode prescindir de uma perspectiva de construção de relações sociais sem opressão e exploração econômicas; sem a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade social. Por isso, um feminismo radical e coerente identifica-se com uma visão de mundo anti-capitalista e com o combate às distintas formas de desigualdade social.

Em momentos centrais da luta socialista aparece com destaque a ideia de construir um novo homem e uma nova mulher. Nos primeiros anos da Revolução Russa, ou em textos de Che Guevara, para mencionar duas referências importantes na história da esquerda, esse ideal é destacado como um dos desafios na construção de uma nova sociedade. Mas até onde a esquerda encarou esse desafio como a possibilidade de uma igualdade radical entre mulheres e homens?

Por que ressaltar a importância de definir feminismo? Porque a definição que temos de uma determinada questão, de um determinado problema, é parte central da compreensão que orienta nossa ação. Fundada na compreensão do que é a desigualdade entre mulheres e homens, e do que se busca alterar, ela orienta nossa ação no mundo e, por consequência, a estratégia de luta a ser priorizada. De forma

ampla, nossa visão de socialismo e de feminismo orienta nossa visão de mundo. Dependendo da forma como se entende a opressão das mulheres, como se entende a desigualdade, busca-se construir um tipo de movimento, de atuação política visando a uma perspectiva de mudança. Decorrente dessa compreensão do feminismo, alicerçada na integração entre teoria e prática pela libertação das mulheres, não se vê *feminismo* e *movimento de mulheres* como dois campos distintos. Feminismo é a ideologia e a prática que orienta, que conforma, que constrói o movimento de mulheres; ou ele é um pensamento estéril. Afinal, qual é o sujeito dessa luta? Qual é a perspectiva dessa mudança?

Defendemos uma visão de feminismo, de movimento social, profundamente vinculada à realidade do conjunto das mulheres. O que não significa fechar os olhos à desigualdade entre mulheres. Mas significa, sim, conceber a ação política desse movimento, seu pensamento, a visão de mundo daí decorrente, diretamente vinculados às questões concretas vividas pelas mulheres em seu cotidiano e engajados na proposta de transformação global da vida das mulheres.

Essa não é, com certeza, a única visão de feminismo. Existem distintas concepções de feminismo e de construção do movimento, tanto no próprio movimento de mulheres como na sociedade. Podemos encontrar diversas perspectivas do que seja o feminismo. Aqui mencionamos duas visões, com as quais nos deparamos diversas vezes, e consideramos que limitam profundamente o projeto feminista como proposta de mundo e de mudança social.

Uma primeira concebe a ação feminista prioritariamente nos marcos de direitos iguais para mulheres e homens. Ainda que se ampliem para distintas dimensões, o horizonte da equivalência de direitos entre mulheres e homens, da equidade, sem o pressuposto de ruptura com os limites da igualdade formal que caracteriza a noção de direitos na sociedade capitalista, reduz a dimensão da transformação social indispensável para que seja possível superar a opressão das mulheres. A luta por direitos – políticos, econômicos e sociais, por direitos de reconhecimento etc. – foi e permanece como um aspecto importante da luta feminista. Afinal, a cidadania das mulheres ainda é uma cidadania limitada. Se na maioria dos países ocidentais têm-se uma aparente igualdade formal entre mulheres e homens, basta fugirmos da superficialidade da análise para percebermos o quanto, mesmo do ponto de vista das normas jurídicas e legais, os direitos das mulheres são negados. A inexistência do direito ao aborto é a maior evidência. Mas o que se questiona é a perspectiva que coloca como horizonte da luta social a igualdade formal e, portanto, prioriza em qualquer momento os marcos da legislação como o caminho principal de mudança.

Uma segunda visão é a que define o foco da ação feminista nos processos de transformação pessoal, individual, de modo de vida. Portanto, um processo de transformação em que a experiência pessoal, as possibilidades de estabelecer um modo de vida pessoal alternativo é o que define a identidade com o feminismo. Nos limites deste texto, de maneira rápida, podemos apontar dois questionamentos a essa definição. Afasta-se de uma perspectiva de mudança social geral, concentrando-se nos processos de transformação pessoal, que são importantes, mas ganham sentido global quando se inserem na luta por transformações coletivas. Além disso, em geral, fundamenta-se em uma interpretação culturalista da

desigualdade entre mulheres e homens; assim, a mudança de consciência aparece como que desvinculada de práticas sociais e das bases materiais que fundamentam a desigualdade. Tal interpretação arrisca-se, além disso, a se posicionar em uma fronteira, nem sempre explicitada, em que os padrões de mudança são considerados inacessíveis às mulheres comuns.

Levando ao extremo, na verdade, para alguns e algumas, o feminismo só pode existir como um modo de vida de classe média (intelectualizada ou semi-intelectualizada); inalcançável na dura realidade vivenciada pelas mulheres mais pobres, mulheres populares, mulheres da classe trabalhadora. Que em última instância podem até ser do movimento de mulheres, mas “feministas” nunca vão ser.

Não se trata aqui de minimizar a importância da construção da consciência política, neste caso da consciência política feminista. A mudança na visão de mundo, a ruptura com práticas sociais discriminatórias, a superação ideológica da visão de mundo sexista, da lógica machista que impregna o nosso cotidiano e a própria construção de nossa personalidade é central no feminismo. É um desafio que exige uma postura crítica permanente aos valores e práticas aprendidos por mulheres e homens. Aliás, uma das grandes contribuições do feminismo foi o desvendamento da dicotomia entre o mundo público e o mundo privado; a exigência de se perceber que o pessoal também é político; cobrando da sociedade integração capaz de transformar de forma libertária o que são consideradas duas esferas. Importa enfatizar, portanto, aqui, o sentido de transformação integral e coletiva, no qual a perspectiva do feminismo como luta social busque incidir, de forma concreta, sobre as diversas dimensões das contradições sociais que conformam a desigualdade entre mulheres e homens, expressas no âmbito da vida privada e das relações pessoais e conformadas como práticas sociais coletivas.

Esse resumo com certeza não dá conta das diferenças de nuances entre as distintas interpretações de feminismo, mas nos ajuda a refletir sobre as opções de construção da militância feminista.

Feminismo militante, socialista, radical

Se o projeto político global que defendemos é um projeto no qual a mudança, a construção de uma igualdade real entre mulheres e homens, em que o fim da opressão das mulheres só será possível com uma mudança do sistema geral de opressão social, capitalista, é evidente que para nós a luta é vinculada. Assim, nossa concepção de construção de um movimento de mulheres autônomo, feminista, massivo, como força indispensável para garantir que a igualdade seja parte integrante e indispensável desse projeto, não abre mão da construção da militância feminista dentro de organizações e movimentos mistos. A existência de um processo de organização das mulheres, a presença de uma força feminista organizada, no interior dos partidos políticos de esquerda, dos movimentos sociais de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, das instâncias de organização e articulação das lutas sociais é fundamental para que a perspectiva feminista não seja secundarizada. O que se contrapõe, com certeza, à interpretação de alguns setores do feminismo que consideram incompatível a militância feminista com a atuação em entidades mistas.

Se entendemos que a opressão das mulheres, assim como a questão de raça-etnia, é central na estruturação da dominação capitalista, e da teia de subordinações/hierarquias que conformam as relações sociais, nossa concepção de feminismo busca estruturar uma ação militante que combina, de maneira permanente, a luta contra as diversas formas de dominação.

As estratégias de luta e as prioridades de ação se pautam por essa compreensão, uma vez que não é possível construir a igualdade entre mulheres e homens sem romper com a desigualdade de classes, de raça-etnia; sem romper com os diversos aspectos da desigualdade e da discriminação social que estruturam as relações de poder na sociedade.

Nesse sentido, a ação feminista precisa abarcar as distintas formas como a opressão se expressa na diversidade das condições de vida e da vivência das mulheres. As mulheres jovens, por exemplo, vivenciam de forma particular o controle sobre a sexualidade, a imposição de padrões de feminilidade sexistas, as dificuldades de decidir sobre seu projeto de vida e de futuro, tanto do ponto de vista das relações pessoais e afetivas quanto de suas possibilidades profissionais e de trabalho. Sua organização própria, no interior do processo de organização das mulheres, sua identificação com a luta feminista dá a essa luta a perspectiva de se renovar sistematicamente e de confrontar a repactuação das formas de dominação masculina.

Para mudar essas relações é preciso a força organizada de um sujeito político e social coletivo. Nos diversos momentos históricos, foi a atuação de mulheres organizadas que permitiu que as reivindicações das mulheres, as temáticas de seu interesse, estivessem presentes; que as mulheres ampliassem sua participação política e seus direitos sociais. A experiência da esquerda e das revoluções deixa evidente a importância da organização específica das mulheres. É decisiva a construção de um movimento de mulheres, feminista, massivo, capaz de disputar uma plataforma de mudanças sociais em favor das mulheres. Construir o feminismo como a ideologia e a prática de um movimento de mulheres, massivo, enraizado socialmente, é tarefa fundamental na disputa política que nos colocamos: de construir um mundo sem desigualdade, sem opressão.

Por isso defendemos o direito de auto-organização das mulheres. Sem auto-organização não se constrói esse sujeito político coletivo, capaz de propor e agir no sentido de uma mudança social. Mulheres capazes de construir sua própria história. Nesse processo de auto-organização precisamos estar atentas, também, a uma alteração crítica dos métodos de luta tradicionais, métodos viciados de militância que, muitas vezes, mais afastam do que abrem espaço para novas militantes. Sem abandonar a clareza do debate, das polêmicas reais, busca-se a construção de um espaço de solidariedade e unidade em torno de uma proposta política de feminismo que unifique as militantes, colocando em primeiro plano nossos objetivos políticos. Mais que a unidade por sermos mulheres, trata-se de forjá-la como mulheres que lutamos por um projeto político comum.

Como parte do processo de auto-organização está o desenvolvimento da autoconsciência, a auto-reflexão. A socialização de homens e mulheres é conformada pelas relações de poder e hierarquia que marcam as relações sociais de sexo. A percepção crítica de como incorporamos ou não esses valores é parte

de um processo pessoal e coletivo de mudança necessário. A consciência crítica feminista enfrenta agressiva resistência cotidiana expressa na desvalorização não apenas do conteúdo da luta, mas das próprias militantes. É nesse sentido que o combate contra o feminismo o contrapõe de forma tão direta à noção dominante de feminilidade. A desqualificação é feita pela contraposição com aquilo que se valoriza como imagem tradicional de mulher. As feministas seriam, então, mulheres mal-amadas, masculinizadas, não-belas etc. Um mecanismo recorrente de desqualificação de qualquer rebeldia e oposição aos valores hegemônicos cuja eficácia se deve ao enraizamento do padrão hegemônico de feminilidade, daquilo que é construído como identidade das mulheres, reforçada pelo apelo mercantil que atribui o valor das mulheres em função das necessidades masculinas. O desenvolvimento de uma consciência feminista, portanto, exige a construção de uma alternativa crítica radical a esse padrão de feminilidade.

Crítica também necessária à definição da maternidade como função e identidade centrais das mulheres; ao padrão de relações pessoais e afetivas que reafirmam a subordinação; à heterossexualidade obrigatória; à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, entre diversas outras questões que aqui não é possível desenvolver.

Relações sociais, práticas sociais e transformação

Compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade como práticas sociais construídas nos leva a refletir sobre os fundamentos da desigualdade. A noção de relações sociais de sexo, de relações de gênero, afirma que, em primeiro lugar, as desigualdades entre mulheres e homens são fundadas socialmente; não são as diferenças biológicas que justificam a desigualdade. E que a desigualdade entre os sexos tem uma base material ancorada na divisão sexual do trabalho.

A análise de Danièle Kergoat nos ajuda a refletir de forma mais sistemática. Em seu texto “Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho”, argumenta que os questionamentos da opressão das mulheres trazidos pelo feminismo permitiram ver que os “papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material”. Central na organização social do trabalho, a divisão sexual do trabalho articula diferenciação e hierarquia das atividades sociais, conformando um processo que, por um lado, fortalece as formas de exploração diferenciada de mulheres e homens e, por outro, conforma padrões de desigualdade entre mulheres e homens que dão aos homens posições de privilégio e poder em relação às mulheres.

Por isso a divisão sexual do trabalho deve ser entendida não apenas em seu aspecto descritivo, mas como constitutiva da desigualdade entre os sexos. A análise específica, particular, dessas relações – das relações sociais de sexo – não significa perceber o mundo de forma fragmentada, uma vez que se busca integrar e articular essas relações ao conjunto das relações sociais. Sintetizando, Danièle Kergoat explicita que essa compreensão das relações sociais de sexo se apóia nos seguintes pontos:

“1 – Em uma ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre práticas sociais masculinas e femininas.

2 – Em uma ruptura radical com os modelos supostos universais.

3 – Nas afirmações de que tais diferenças são construídas socialmente e que esta construção social tem uma base material (e não apenas ideológica).

4 – Que elas são, portanto, passíveis de serem aprendidas historicamente.

5 – Na afirmação de que estas relações sociais repousam em princípio e antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos.

6 – De que se trata, evidentemente, de uma relação de poder.”

Não podemos nesse texto abarcar em toda profundidade esse debate. Ressaltamos apenas que compreender a opressão das mulheres no marco de relações sociais, de práticas sociais construídas historicamente, nos leva a orientar nossa militância para a organização política dos sujeitos capazes de romper com estas práticas e protagonizar a construção de novas relações: as mulheres como sujeito coletivo em movimento.

Da mesma forma, construídas socialmente e fundadas em bases materiais, que se articulam em especial pela divisão sexual do trabalho, a perspectiva de mudança exige ruptura com essa base material que fundamenta a desigualdade. O conflito, as contradições entre mulheres e homens estão assentadas sobre práticas e interesses materiais que conformam relações de poder. Por isso a construção da autonomia das mulheres é indispensável para que se possam estabelecer novos parâmetros de relações sociais. Ao falar em fundamentos materiais não nos limitamos às questões econômicas que são, sem dúvida, centrais para a construção da autonomia das mulheres, pois, mantidas as relações de dependência e exploração econômica não se pode falar em autonomia. A construção da autonomia pessoal pressupõe, também, o controle sobre sua vida, sobre o seu corpo, sobre sua atuação no mundo, sobre seu tempo, o que não é dado só pelas condições econômicas, ainda que sejam condições materiais. Exemplo importante é a questão da legalização do aborto, aspecto fundamental da possibilidade de decidir sobre suas opções de vida.

Processos de mudança social efetivamente libertários, como a construção de um socialismo democrático libertário, só podem existir com mudanças nas práticas sociais e nas relações entre mulheres e homens. Um dos grandes desafios que o feminismo trouxe para a esquerda foi insistir nessa questão: a libertação das mulheres, a igualdade, não é automática.

Não é dada como consequência automática da ruptura nas relações de poder de classe. É fundamental que as mulheres, como sujeito político coletivo, sejam parte integral da proposta, que a pauta feminista explicitada faça parte do projeto político de mudança. Para além do direito elementar de participar e decidir sobre seu próprio destino, porque existem conflitos reais. O conflito entre homens e mulheres não é fantasia da nossa cabeça. Nosso cotidiano, nossa militância, a história da esquerda e dos processos revolucionários são testemunho das dificuldades de se construir a igualdade.

Nosso desafio é a construção de um feminismo capaz de se organizar em torno de uma plataforma radical, de esquerda, capaz de mobilizar a força massiva de um movimento de mulheres que não deixe dúvidas que a igualdade real entre mulheres e homens é parte indispensável de nossa luta.

Referência citada:

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia M.; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.